



Sérgio Luiz Milagre Júnior.¹



Julieth Matosinhos Resende²

INTERAÇÃO-DIALÓGICA COM A SOCIEDADE: CONSELHOS MUNICIPAIS

A extensão universitária, à luz do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que busca promover a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2009; 2010). Assim, a dimensão essencial da formação do ensino superior consiste, justamente, em integrar à comunidade local os conhecimentos adquiridos na formação acadêmica. Por essa razão, a extensão é braço indissociável do ensino e da pesquisa.

Nesse cenário, o que se observa é que ações de extensão da Faculdade podem ganhar maior efetividade se associados à pesquisa, valendo-se da máxima de que o conhecimento obtido no ensino superior deve servir para resolver problemas da sociedade de maneira democrática, dialógica e participativa, buscando promover a interação transformadora da FDCL e da sociedade a qual está inserida.

Com esse objetivo, a FDCL, através da Clínica de Direitos Humanos “Irmã Geralda”, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Casa dos Conselhos, realizará o Projeto Interação-Dialógica com a Sociedade: Conselhos Municipais.

Como se sabe, nas décadas de 1960 a 1980, países da América Latina passaram por processos de redemocratização. A ditadura militar no Brasil foi um regime de exceção que durou vinte um anos, marcando a história do país, como um período histórico e político dramático. A luta social pela democracia culminou em uma nova constituinte e, assim, em 5 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, a qual ficou conhecida como a Constituição Democrática. Após a ditadura militar e com a promulgação de uma nova Constituição, há uma evolução com relação a importantes temas no país, muitos deles voltados para a proteção aos direitos fundamentais.

¹ Autor do texto – Professor da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete (FDCL). Doutorando em História com ênfase em História do Direito Internacional pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Coordenador de Curso da FDCL.

² Autora do texto – Professora da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete (FDCL). Doutoranda em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara (ESDHC).

A sociedade, através dos movimentos sociais, assumiu um importante papel na luta pela efetividade de tais direitos consagrados constitucionalmente. A partir desse período, diversas legislações infraconstitucionais foram aprovadas com o objetivo de se estabelecer uma proteção específica de muitos desses direitos reivindicados através da luta social. Nesse contexto de democracia participativa, surgem os Conselhos Municipais de Direitos e Garantias, como importantes instrumentos na busca pela efetividade das demandas sociais, permitindo que a sociedade faça parte dos processos decisórios do poder público. Portanto, é preciso que todos compreendam e reconheçam o importante papel dos Conselhos Municipais, bem como a necessidade de fortalecimento da gestão democrática em prol de toda sociedade.